

O REFERENDO ESCOCÊS DE 2014: O PROCESSO POLÍTICO ANTES E DEPOIS DO VOTO "NÃO"

Sandrina Ferreira Antunes

santunes@eeg.uminho.pt

Professora Assistente do Departamento de Relações Internacionais e Administração Pública da Universidade do Minho (Portugal) e investigadora científica no Departamento de Ciência Política da Universidade Livre de Bruxelas (Bélgica). Tem uma licenciatura em Relações Internacionais (Universidade do Minho), mestrado em Antropologia Política (Universidade do Minho) e é doutorada em Ciência Política (Universidade Livre de Bruxelas). O seu trabalho incide sobretudo na área dos movimentos regionalistas e nacionalistas na Europa e interessa-se particularmente pelas formas evolutivas de atividades para-diplomáticas e de mudança de entidades regionais na Europa. Interessa-se também pelos processos descentralizadores, federalistas e regionalistas dentro de todas as categorias dos sistemas políticos. Para além do mundo académico, é colaboradora científica do Instituto Galego de Análise e Documentação Internacional (IGADI) na Galiza e do Centro Maurits Coppieters (CMC), em Bruxelas. O CMC é um *think tank* patrocinado pelo grupo Europeu EFA no Parlamento Europeu, que promove a investigação sobre regionalismo e nacionalismo na Europa.

Resumo

No dia 18 de setembro de 2014, os eleitores escoceses rejeitaram a independência política por uma margem de 55,3% contra 44,7%. No entanto, durante mais de 16 semanas, duas campanhas opostas – *Yes Scotland* (Sim Escócia) contra *Better Together* (Melhor Juntos) – esforçaram-se por convencer a Escócia que a independência política, *versus* continuidade na União, era a melhor escolha para o futuro da Escócia. Preenchida com muitos momentos inesperados, a campanha foi intensa, vibrante e quase de tirar o fôlego. O objetivo deste artigo é facultar uma explicação coerente e consistente das campanhas escocesas, para que se perceba o sentido do voto "não". Este artigo divide-se em quatro partes: em primeiro lugar, colocamos o referendo no contexto; em segundo lugar, destacamos os principais aspetos das campanhas; em terceiro, descrevemos os passos do processo político até à data e esclarecemos os termos do acordo alcançado no âmbito do Processo Smith. Finalmente, na última parte, fazemos um balanço das lições a aprender com o resultado político do referendo.

Palavras-chave

Referendo escocês; campanhas escocesas; política escocesa; independência política

Como citar este artigo

Antunes, Sandrina Ferreira (2015). "O referendo escocês de 2014: o processo político antes e depois do voto «Não»". *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 6, N.º 2, Novembro 2015-Abril 2016. Consultado [online] em data da última consulta, observare.ual.pt/janus.net/pt_vol6_n2_art04

Artigo recebido em 21 de Abril de 2015 e aceite para publicação em 1 de Outubro de 2015



O REFERENDO ESCOCÊS DE 2014: O PROCESSO POLÍTICO ANTES E DEPOIS DO VOTO "NÃO"

Sandrina Ferreira Antunes

Introdução

No dia 18 de setembro de 2014, os escoceses decidiram permanecer no Reino Unido por uma margem de 55,3% contra 44,7% (Curtice 2014A). Depois de uma afluência às urnas recorde por parte dos eleitores, a Escócia rejeitou a independência política por uma esmagadora maioria, com 55,3% de escoceses a votarem para permanecer na união da qual fazem parte há 307 anos. No entanto, durante mais de 16 semanas, duas campanhas opostas – *Yes Scotland* (Sim Escócia) contra *Better Together* (Melhor Juntos) – esforçaram-se por convencer a Escócia que a independência política, *versus* continuidade na União, era a melhor escolha para o futuro da Escócia. Independentemente do resultado final, a campanha foi intensa, vibrante e quase de tirar o fôlego. (Antunes 2014: 1).

O objetivo deste artigo é facultar uma explicação coerente e consistente das campanhas escocesas a fim de esclarecer “como é que tudo aconteceu”. Nesse sentido, avançaremos em quatro partes: em primeiro lugar, colocámos o referendo em contexto; em segundo lugar, destacámos os principais aspetos das campanhas; em terceiro, descrevemos os passos do processo político até à data e esclarecemos os termos do acordo alcançado pela Comissão Smith (Comissão Smith 2014). Finalmente, na última parte, fazemos um resumo das lições a aprender com os resultados políticos do terceiro referendo escocês.

Uma vez que estamos a lidar com acontecimentos políticos recentes que não têm uma forte expressão na literatura, a nossa investigação assenta na análise científica apresentada pelo *Centre on Constitutional Change*¹ desde o início deste processo, mesmo antes do referendo. Além disso, esta investigação foi reforçada pela análise de documentos oficiais relevantes emitidos tanto pelos partidos políticos escoceses envolvidos neste processo político como pelo governo britânico. Finalmente, os inquéritos de opinião realizados antes e depois do referendo permitiram sustentar os aspetos relevantes da nossa argumentação em momentos distintos do artigo. Para concluir, através de uma análise sistemática destes elementos, esperamos prestar uma descrição interessante e rigorosa das campanhas escocesas.

¹ Em <http://www.futureukandscotland.ac.uk/>.



1. O referendo escocês colocado em contexto

O referendo foi proposto pelo Partido Nacionalista Escocês (SNP) em Maio de 2011 - o SNP tinha alcançado uma posição maioritária no governo com 47% dos votos -, mas o debate político apenas começara quando as duas campanhas opostas – *Yes Scotland* (Sim Escócia) contra *Better Together* (Melhor Juntos) – entraram em cena em Maio e Junho de 2012², respetivamente. O *Yes Scotland* fez campanha pela independência da Escócia e foi apoiado pelo Partido Nacionalista Escocês, o Partido Verde Escocês e pelos socialistas escoceses; O *Better Together* fez campanha apelando ao voto *Não* e foi apoiado pelos três partidos políticos pró-união na Escócia: O Partido Trabalhista Escocês, o Partido Conservador Escocês e os Liberais-Democratas Escoceses.

Referendo escocês de 2014: como chegámos até aqui?

Quando olhamos para trás no tempo, percebemos que a Escócia já tinha tido dois referendos sobre autogoverno, um em 1979 e outro em 1997, mas naquela altura o SNP não era um jogador político importante na arena política escocesa (Lynch 2002). Além disso, apesar das sondagens realizadas antes do primeiro referendo sugerirem que o voto "Sim" venceria confortavelmente (McGarvey e Cairney 2008: 33), a campanha do *Sim* encontrava-se dividida devido à falta de cooperação entre as partes a favor. Se, por um lado, o SNP estava morno, com o partido temendo que o apoio incondicional pudesse ser encarado como uma traição por parte dos fundamentalistas dentro do partido (Finlay 2004: 338), por outro lado o Partido Trabalhista Escocês encontrava-se dividido sobre a questão, com muitos dos seus deputados no parlamento a unirem-se aos conservadores na campanha a favor do "Não". No geral, a campanha do "Não" parecia mais bem organizada e mais coerente, com os que apelavam a uma resposta negativa a unirem-se numa mensagem clara. Já a campanha pelo "Sim" apresentava-se dividida e incoerente, com duas campanhas separadas e excluindo o SNP. O referendo realizou-se em 1 de Março de 1979, com uma pequena maioria votando a favor com 51,6% dos votos, mas os 40% exigidos não foram alcançados pois a proporção do eleitorado registado a favor foi de apenas de 32,9% (McGarvey e Cairney 2008: 33).

Em Setembro de 1997 realizou-se um segundo referendo com base na proposta do Partido Trabalhista Escocês (SL) de 1997 de que o Parlamento escocês passasse a ter poderes para variar os níveis de tributação (Hassan 2009; Hepburn 2006: 233). Ao contrário do primeiro referendo sobre a devolução, a Campanha *Escócia para a Frente* (Scotland FORward) assistiu a um nível sem precedentes de cooperação entre os três principais partidos escoceses. Por outras palavras, o Partido Trabalhista Escocês, os Liberais Democratas Escoceses e o Partido Nacionalista Escocês fizeram campanha a favor do voto *Sim*, que muitos consideraram como evidência de que a nova política da Escócia poderia, e deveria, quebrar o modelo adversário de Westminster. O resultado do referendo pode ser interpretado como um reflexo desse consenso e um apoio esmagador à campanha do *Sim Sim*. Com uma afluência superior a 60%, 74,3% dos escoceses votaram *Sim* a favor de um Parlamento escocês e 63,5% votaram *Sim* a favor do poder de variação dos índices de tributação. Apesar da votação ter sido ligeiramente inferior à de 1979, o resultado definitivo demonstrou a "vontade firme" do

² A campanha oficial teve início em 30 de maio de 2014.



povo escocês. O Reino Unido fez rapidamente as leis necessárias para estabelecer um Parlamento devolvido à Escócia e a Lei da Escócia foi muito mais extensa do que o proposto em 1979. Westminster reteve o poder relativamente aos assuntos externos, defesa e segurança social, enquanto aos 129 membros do Parlamento em Edimburgo lhes foi concedido o poder de legislar sobre uma ampla gama de políticas internas, incluindo educação, desenvolvimento económico, saúde, habitação, direito, assuntos internos e do governo local, assim como a capacidade de variar os índices de tributação fiscal. Assim, no dia 18 de setembro de 2014, a Escócia enfrentou um referendo pela terceira vez, mas agora a pergunta era sobre a independência política, uma questão que poderia precipitar o desmembramento do Reino Unido (Pittock 2014: 2). Depois de um governo de minoria entre 2007-2011 (Cairney 2011), em 2011, o SNP estava de volta ao poder com uma maioria nas mãos, o que permitiu a Alex Salmond lançar um terceiro referendo. Contudo, para Alex Salmond, este terceiro referendo era dirigido às falhas constitucionais britânicas que impedem a Escócia de ser totalmente responsável pelas suas políticas, de forma a ter melhor execução económica. Com efeito, embora o Reino Unido possa ser definido como um estado devolucionista unido, a sua disposição constitucional é comparável à das disposições federais, o que o torna difícil de caracterizar, pois partilha uma característica-chave com os estados federais: uma divisão frequentemente pouco clara das responsabilidades, visível sempre que os governos perseguem o duplo objetivo de devolução das decisões e manutenção do controle central (Keating 2005; 2009; Keating Cairney 2011: 88 e 89).

Por outras palavras, embora o acordo constitucional britânico pareça ser bastante funcional e transparente, uma vez que tenta evitar conflitos transfronteiriços entre camadas de governança (Lynch 2001: 17), as práticas políticas revelam uma relação desequilibrada que não traduz uma divisão inconfundível de poderes entre os dois conjuntos de instituições. De acordo com o artigo 5 da Lei da Escócia de 1998, um certo número de áreas de intervenção encontram-se sobrepostos e interligados, como os assuntos externos – a agricultura, as pescas, o ambiente e os fundos estruturais são competências que foram devolvidas mas a Escócia não tem capacidade para conduzir os seus próprios assuntos internacionais; energia – a Escócia pode promover as energias renováveis, mas não tem qualquer controlo direto sobre a regulação da energia, já que a regulação da energia com origem na Escócia e o fornecimento de energia elétrica são competências reservadas; pobreza infantil – a Escócia tem o poder de distribuir os serviços de saúde e educação, mas não tem poderes fiscais para alterar impostos e prestações da segurança social. Por outro lado, relativamente à política fiscal e monetária, o emprego e a segurança social são competências reservadas retidas no centro. Por outras palavras, para o SNP, este terceiro referendo representou uma oportunidade única de pôr em causa a divisão interna de competências dentro do Reino Unido, a fim de legitimar as suas exigências nacionalistas no sentido de obterem autonomia, utilizando um argumento económico para justificar essas afirmações.

Em janeiro de 2012, o governo britânico concordou em fornecer um quadro jurídico para o referendo, e em outubro de 2012 foi alcançado um acordo entre os dois governos (Jeffery e Perman 2014). O Acordo de Edimburgo³ permitiu que o Parlamento escocês fizesse uma única pergunta no referendo sobre a independência política. As campanhas *Yes Scotland* e a *Better Together* foram lançadas em maio de

³ O documento pode ser consultado aqui:
<http://www.scotland.gov.uk/About/Government/concordats/Referendum-on-independence>.



2012 e em junho de 2012, respetivamente. Através de um intenso debate ao longo de mais de 16 semanas, as duas campanhas opostas tentaram convencer a Escócia de que a independência política, por um lado, e a continuidade na União, por outro, era a melhor alternativa para a Escócia.

Yes Scotland versus Better Together: as propostas

Durante a campanha, todos os partidos políticos apresentaram propostas distintas, com algumas nuances, para a Escócia. No entanto, o debate político girou em torno de três questões principais: competências fiscais, o sistema de assistência social (Serviço Nacional de Saúde, pensões e cuidados de saúde) e a libra esterlina (Jeffery e Perman 2014). Apesar da diversidade das propostas que foram exaustivamente debatidas, muitas questões decisivas permaneceram sem resposta, como a libra, o futuro do Sistema Nacional de Saúde (NHS) e a adesão à União Europeia. Nesta seção, vamos resumir as propostas apresentadas pelo proponente principal da Campanha do "Sim", isto é, o Partido Nacionalista Escocês, e pelos proponentes da Campanha do "Não", ou seja, o Partido Trabalhista Escocês, o Partido Conservador Escocês e os Liberal Democratas Escoceses.

A campanha do "sim": Yes Scotland

Partido Nacionalista Escocês

O Partido Nacionalista Escocês é o partido que encarnou a ideia de independência política durante a campanha. Embora Alex Salmond tenha sido o principal protagonista da campanha pela independência, Blair Jenkins foi nomeado o chefe "formal" da mesma e Nicola Surgeon a cabeça "real" da campanha pelo *Sim*. Quando a campanha começou, o SNP mais uma vez reproduziu as ideias contidas no relatório de 2010 do governo escocês - "*A Sua Escócia, a Sua Voz*" - onde o SNP defende a independência política, considerando a "devo max"⁴ a segunda melhor alternativa à independência política.

Além disso, em novembro de 2013 o governo escocês publicou um novo relatório - "*O Futuro da Escócia: o seu guia para uma Escócia independente*"⁵ - onde o SNP apresenta, mais uma vez, a proposta de independência política, combinando as exigências de "autogoverno" com "boa governação". Neste relatório, a ideia de "futuro da Escócia nas mãos da Escócia" é repetida constantemente, a fim de aumentar a oportunidade escocesa de garantir mais autonomia para bem do futuro da Escócia. Aparentemente, as exigências de independência política também se deveram à insatisfação com as escolhas políticas feitas por Westminster.

Um dos aspetos mais curiosos da visão de independência do SNP é o quão ligada a Escócia permaneceria ao resto do Reino Unido. De fato, para o SNP, uma Escócia

⁴ "Devo max" é uma forma abreviada da palavra *máximo* e *devolução*. *Devo max* refere-se a uma opção constitucional alternativa para a Escócia. De acordo com este quadro constitucional, a Escócia teria plena independência económica do Reino Unido, mas continuaria a fazer parte da União e estaria sujeita à governação do Reino Unido num número mínimo de áreas, fundamentalmente política externa e questões de defesa.

⁵ O documento pode ser consultado aqui: <http://scotgov.publishingthefuture.info/publication/scotlands-future>.



independente seria para se manter na Coroa; procuraria igualmente cooperar extensivamente de forma a alcançar a paridade ampla com os regimes de pensões e de assistência social do Reino Unido e continuar a usar a libra como moeda. Com a ideia de independência política, Alex Salmond pensava alcançar o pleno autogoverno, o que permitiria à Escócia tomar todas as decisões que afetam a sua governação, desde os assuntos externos às políticas fiscais, sociais, económicas, de assistência social e de imigração. Com esta mensagem política, Alex Salmond queria destacar falhas constitucionais britânicas, que impedem a Escócia de ser totalmente responsável pelas suas políticas, a fim de ter um melhor desempenho económico, social e político. Por outras palavras, a ênfase foi colocada sobre as vantagens sociais e económicas da independência política, usando exemplos consensuais, como o "imposto sobre o quarto", a base nuclear em Trident ou a impossibilidade de cobrança das receitas provenientes da extração de gás e petróleo para justificar a sua causa política.

A campanha do "não": *Better Together*

De uma maneira distinta, a campanha do "Não" surgiu como uma reação ao desafio político de Alex Salmond. Os três partidos unionistas apoiaram a campanha *Better Together* (Melhor Juntos) e Alistair Darling - um político trabalhista britânico - foi nomeado chefe da campanha. Como consequência deste aspeto reativo, num claro contraste com a *Yes Scotland*, a campanha *Better Together* não conseguiu articular uma proposta bem preparada e consensual. No entanto, e apesar de propostas com algumas nuances, todas os três partidos se comprometeram a aumentar os poderes de Holyrood, nomeadamente em matéria de finanças, assistência social e tributação.

Partido Trabalhista Escocês

Em março de 2014, a comissão de devolução do Partido Trabalhista Escocês emitiu o seu relatório final - "*Poderes para um objetivo – Reforçar a responsabilização e capacitar as pessoas*" - onde se reafirmou a vontade de satisfazer o desejo legítimo do povo da Escócia de ter mais poderes e reforço da responsabilização dentro de uma união fortalecida (Scottish Labour, 2014: 1). Neste documento, o Partido Trabalhista Escocês recordava que sempre fora um partido a favor tanto da devolução como da União. Ao defender uma maior devolução no seio da União, o Partido Trabalhista Escocês apresentou uma proposta onde reafirma os benefícios de solidariedade social se a Escócia se mantiver na União.

Fiel aos seus princípios, o Partido Trabalhista Escocês sugeriu que uma nova disposição política para a Escócia só poderia ser considerada desde que contribuísse para tornar a União mais forte. Para dizer-lo de forma diferente, para que o Reino Unido pudesse ser uma união efetiva que incluísse a Escócia, seria fundamental que certas questões centrais permanecessem reservadas ao Parlamento do Reino Unido, tais como questões financeiras e económicas - incluindo a política monetária, a moeda, a gestão da dívida e a lei de emprego -; assuntos externos (incluindo o desenvolvimento internacional) e a defesa; o núcleo do Estado Providência - pensões e a maioria das prestações pecuniárias e a constituição. Outras questões reservadas incluiriam também a imigração, radiodifusão, serviços públicos e o aborto.



Para além destas competências, outras deveriam permanecer reservadas. O Partido Trabalhista Escocês acredita que há uma margem significativa para reforçar os poderes do Parlamento escocês relativamente aos impostos - poderes de variação e controle sobre alguns aspetos da assistência social e política de subsídios. Na sequência da análise rigorosa das vantagens da devolução da responsabilidade fiscal, o Partido Trabalhista Escocês considera que o Parlamento escocês deve ter poder para obter cerca de 40 por cento do seu orçamento a partir de seus próprios recursos. Isto significaria que três quartos do imposto sobre os rendimentos na Escócia estaria sob o controle do Parlamento escocês.

Quanto às políticas de assistência social, o Partido Trabalhista Escocês sugeriu que o subsídio de habitação - o que permitiria à Escócia abolir o Imposto do Quarto -; o subsídio de assistência - pago aos deficientes com mais de 65 anos - e o programa de trabalho - que administra serviços para os desempregados - deveriam ser devolvidos. Todas as outras pensões e subsídios deveriam ficar em Westminster. Finalmente, o Partido Trabalhista pediu a manutenção da Fórmula Barnett e uma melhor distribuição de poderes no interior da Escócia, apelando à capacitação dos governos locais.

Liberais Democratas escoceses

Os Liberais Democratas escoceses produziram o seu próprio relatório "*Federalismo: o melhor futuro para a Escócia*" (Scottish Liberal Democrats, 2012), onde, mais uma vez, reafirmaram a sua convicção de manter a Escócia dentro de uma solução federal. No âmbito deste plano federal, o Ato de União entre a Escócia e a Inglaterra seria substituído por uma declaração de federalismo. Na verdade, para os Liberais Democratas escoceses, a governação doméstica na Escócia funcionaria ainda melhor se fizesse parte de um movimento a favor de um Reino Unido federal, onde todas as partes do Reino Unido teriam níveis de responsabilidade semelhantes. Além disso, na visão de "governação doméstica" da Escócia dos Liberais Democratas, Holyrood cobraria e gastaria a maior parte dos seus próprios impostos (imposto sobre os rendimentos, escalões e taxas) e contrairia empréstimos nos seus próprios termos. O federalismo fiscal é claramente mencionado no relatório, uma vez que iria apoiar um movimento no sentido do federalismo. Para os liberais democratas, o federalismo fiscal seria assistido por um novo sistema de pagamento baseado em necessidades, a ser acordado pelo Governo do Reino Unido federal, pelo Parlamento escocês e pelas assembleias apropriadas para assegurar a equidade fiscal em todo o Reino Unido. Neste contexto particular, a Fórmula Barnett continuaria a operar até ser acordada uma nova fórmula.

Por outro lado, um governo federal do Reino Unido reteria grandes áreas de competência - relações externas e defesa, moeda, emergência nacional, imigração, comércio e concorrência, pensões e assistência social, política macroeconómica e a manutenção do mercado único do Reino Unido para os negócios. Sob o federalismo, os governos de *home rule* do Reino Unido normalmente tratariam de assuntos das suas próprias responsabilidades, mas deve considerar-se uma forma reforçada de parceria entre diferentes níveis de governo de forma a haver uma nova categoria de poderes para além dos "reservados" e dos poderes "descentralizados" - "poderes em parceria" - o que exigiria a cooperação entre os governos de *home rule* e os governos federais. Estas áreas de poderes de parceria incluiriam a qualificação e o emprego, investigação



e inovação, planeamento estratégico dos serviços de assistência, recursos energéticos, lei eleitoral e administração, política marinha e transportes transfronteiriços.

Partido Conservador escocês

Para o Partido Conservador escocês, um terceiro referendo foi encarado como uma oportunidade para construir uma União mais forte com uma clara divisão de responsabilidades e responsabilização. Por outras palavras, perante o novo processo de devolução, o Partido Conservador escocês tentou reagir positivamente, pedindo a capacitação do povo escocês, por um lado, assim como o fortalecimento das instituições escocesas, por outro. De maneira complementar, o partido também conseguiu relacionar a questão escocesa com exigências de uma maior reforma institucional em todo o Reino Unido.

No seu relatório, "*Comissão sobre a Futura Governança da Escócia*" (Scottish Conservative Party, 2014), o Partido Conservador escocês descreveu-se como um partido conservador moderno que reconhece os benefícios de uma União mais forte com uma Escócia mais forte. Entre suas principais recomendações, podemos destacar a devolução dos poderes sobre o imposto sobre os rendimentos, o que tornaria o Parlamento escocês responsável por 40% do dinheiro que gasta. Recomendam igualmente que o Parlamento escocês tenha poder de decisão sobre taxas e escalões, já que iria ficar com responsabilidades em matéria de assistência social relacionadas com as áreas descentralizadas, tais como subsídios de habitação e de assistência. Para além desta nova responsabilidade, o Parlamento escocês deveria ter o poder de suplementar os subsídios de assistência social legislados a nível do Reino Unido.

2. As campanhas escocesas em maior detalhe

As estratégias de comunicação

As campanhas do *Sim* e do *Não* foram lançadas em maio e junho de 2012, respetivamente. Quanto à avaliação das campanhas, o tom e o conteúdo das duas campanhas variaram muito (Mitchell 2014). De fato, enquanto os apoiantes da independência projetaram uma mensagem muito mais positiva e imaginativa, os apoiantes da União centraram-se nos perigos da independência, nas incertezas económicas e na situação problemática das finanças públicas numa Escócia independente. A campanha do *Não* não conseguiu criar uma visão positiva de uma União reformada, o que beneficiou a campanha do *Sim* (Antunes 2014: 2).

Para além disso, a *Yes Scotland* ofereceu uma visão que foi muito além do constitucionalismo puro e fê-lo com verve e energia, ao passo que a *Better Together* fez uma campanha bastante convencional baseada em conhecimentos retirados de campanhas eleitorais do partido. Alex Salmond (SNP) investiu em campanhas de base, num contraste evidente com seus adversários, que optaram por uma campanha tradicional que incidiu sobre a bolha de Holyrood e a cobertura dos órgãos de comunicação social tradicionais.

Enquanto que a *Better Together* mobilizou a elite política de Westminster na fase final, a *Yes Scotland* foi um movimento social. A *Yes Scotland* apresentou-se notavelmente confiante e consistente, apesar dos muitos momentos maus, principalmente após o

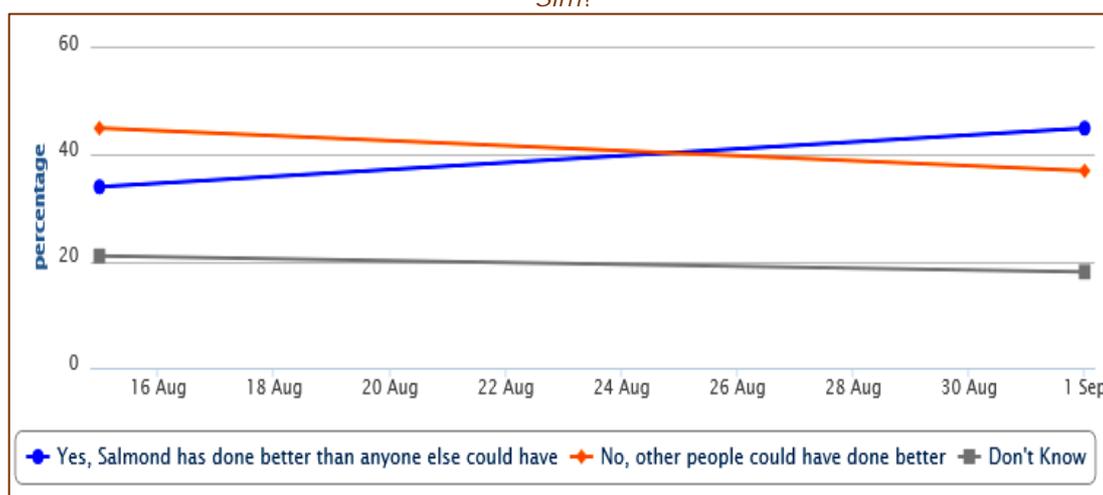


primeiro debate entre Alex Salmond e Alistair Darling. A *Yes Scotland* não entrou em pânico no percurso até às urnas, antecipando a maioria dos desafios e provando estar tecnicamente preparada para responder a perguntas inesperadas.

Em termos globais, a campanha do *Sim* foi entendida de uma maneira positiva⁶ - 60% positiva em setembro de 2014 - em comparação com a campanha do *NÃO* - 60% negativa em Setembro de 2014⁷--, o que foi entendido de forma negativa (What Scotland Thinks 2014).

Claramente, os escoceses gostaram mais do desempenho de Alex Salmond, com 45% dos escoceses a afirmar que ele era a pessoa certa para liderar a campanha do *Sim* em comparação com Alistair Darling, com 52% dos escoceses alegando que ele fora uma má escolha para liderar a campanha *Better Together* (vejam-se os gráficos nº1 e nº2 em baixo). Perante estes números, poderíamos argumentar que, independentemente do resultado final obtido no dia 18 de setembro, a campanha do *Sim* demonstrou maior dinâmica e confiança do que a campanha do *Não*, e que Alex Salmond foi o líder da campanha mais apreciado, em comparação com Alistair Darling.

Gráfico nº 1: considera que Alex Salmond tem sido a pessoa certa para liderar a campanha do *Sim*?



Fonte: What Scotland Thinks 2014⁸

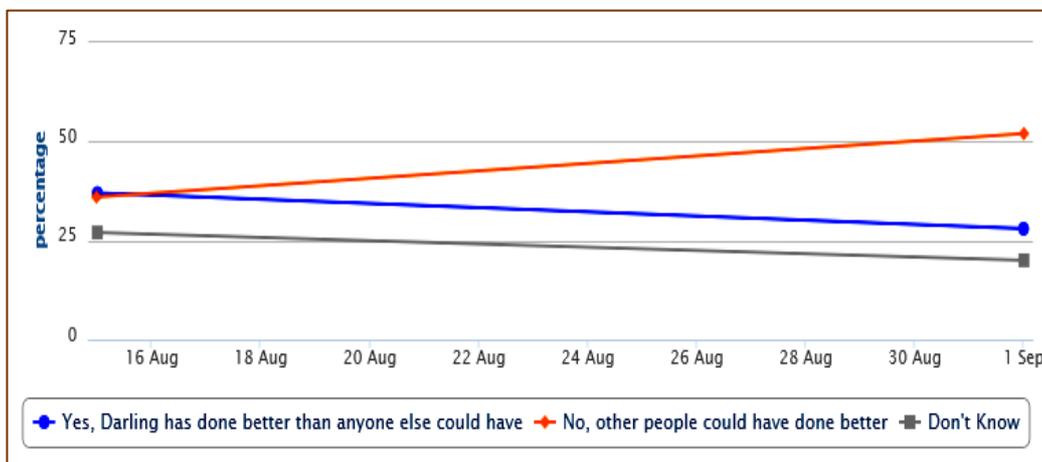
⁶ Em <http://whatscotlandthinks.org/questions/do-you-think-the-yes-scotland-campaign-so-far-has-been-positive-or-negative#table>.

⁷ Em <http://whatscotlandthinks.org/questions/do-you-think-the-better-together-campaign-so-far-has-been-positive-or-negative#table>.

⁸ Em <http://whatscotlandthinks.org/questions/do-you-think-alex-salmond-has-been-the-right-person-to-lead-the-yes-campaign#line>.



Gráfico nº 2: considera que Alistair Darling tem sido a pessoa certa para liderar a campanha do *Não*?



Fonte: What Scotland Thinks 2014⁹

Principais argumentos das campanhas

Quanto aos argumentos apresentados durante a campanha, a *Better Together* concentrou-se num número de áreas onde uma Escócia independente poderia ter problemas - ou, pelo menos, poderia mostrar incerteza, onde se incluíram dúvidas sobre a potencial adesão escocesa à UE; o uso da libra esterlina; a imprevisibilidade das receitas do petróleo; ameaças às pensões e o estado precário dos principais bancos escoceses. De forma muito distinta, a *Yes Scotland* tentou minimizar essas dúvidas através da promoção de uma Escócia independente como um estado rico e com energias alimentadas pelas vastas reservas de petróleo do Mar do Norte e crescente reserva de energia renováveis (Centre on Constitutional Change 2014).

Em suma, enquanto que a campanha do *Sim* avançou uma imagem da Escócia como sendo um estado economicamente viável, pequeno e independente, mais perto de seus vizinhos escandinavos, a campanha do *Não* enfatizou a incerteza que uma votação pelo *Sim* poderia causar. Como Alistair Darling sublinhou no início da campanha: "*Não podemos dar aos nossos filhos uma passagem só de ida para um destino profundamente incerto*".

Entre os argumentos mais relevantes das campanhas, destacam-se os seguintes:

1. Adesão da Escócia à União Europeia

Quanto à campanha do *Sim*, os apoiantes da independência argumentaram que a Escócia permaneceria na União Europeia mais ou menos automaticamente, segundo os artigos 48º ou 49º do atual Tratado Europeu. Nos termos do artigo 48, haveria uma alteração do Tratado para adicionar a Escócia como Estado membro nº 29, permitindo uma transição rápida; nos termos do artigo 49, a Escócia teria que se candidatar segundo a forma normal, mas na certeza de que seria um processo rápido pois a Escócia já preenche os critérios de admissão. Independentemente da opção a ser feita,

⁹ Em <http://whatscotlandthinks.org/questions/do-you-think-alistair-darling-has-been-the-right-person-to-lead-the-no-campaign#line>.



a campanha do *Sim* acreditava firmemente que a adesão europeia estaria garantida, ao passo que a tendência predominante das Instituições Europeias, nomeadamente José Manuel Durão Barroso como o ex-presidente da Comissão Europeia, foi a de apontar a ausência de um mecanismo automático para assegurar a adesão escocesa à União Europeia. Além disso, o Governo escocês propôs manter os atuais termos da adesão do Reino Unido, incluindo a cláusula de autoexclusão sobre o euro, o espaço Schengen sem fronteiras, a Justiça e Assuntos Internos. Previram igualmente que as negociações sobre os detalhes da adesão estariam concluídas no período de dezoito meses de transição para a independência, de modo que a Escócia não permaneceria fora da UE em nenhum momento. Quanto à campanha do *Não*, a posição era menos clara. O Comité dos Assuntos Escoceses da Câmara dos Comuns aceitou que a Escócia poderia aderir, mas insistiu no processo de adesão baseado no artigo 49, afirmando que as condições seriam extremamente onerosas. Algumas pessoas menos intransigentes no lado *Não* aceitaram que a Escócia aderisse à UE, mas na condição de adotar o euro e introduzir Schengen, perdendo as atuais cláusulas de autoexclusão do Reino Unido.

2. O uso da libra esterlina

Uma das questões mais importantes do referendo escocês sobre a independência foi a moeda que uma Escócia independente usaria. Ambos os lados do debate aceitaram que se a Escócia se tornasse independente, a moeda existente chegaria ao fim. O Governo escocês propôs usar a libra esterlina num acordo formal de união monetária, o que envolveria a partilha do Banco da Inglaterra (Jeffery and Perman 2014: 14). No entanto, como o Banco da Inglaterra é uma instituição do Reino Unido, isso exigiria o pleno apoio e participação do resto do Reino Unido. À medida que as campanhas se aproximavam do dia do referendo e as sondagens começaram a inclinar-se em direção ao voto *Sim* - ou seja, no dia 5 de setembro 2014 -, o governo do Reino Unido tornou-se implacável nesta questão. Por outras palavras, enquanto Alex Salmond insistia que a Escócia continuaria a usar a libra, os conservadores, os liberais democratas e os trabalhistas alegavam o contrário.

3. O Petróleo do Mar do Norte e independência económica

Um dos argumentos principais pró-independência foi a certeza de que a independência iria trazer mais receitas provenientes das reservas de petróleo da Escócia à economia escocesa. Na verdade, o controle das receitas do petróleo e as oportunidades oferecidas pelas energias renováveis foram dois dos outros grandes argumentos da estratégia económica da campanha do *Sim*, que recebeu um forte apoio entre as pequenas e médias empresas na Escócia. Ao fazê-lo, a campanha do *Sim* também aproveitou a austeridade imposta por Westminster como uma oportunidade perfeita para promover a ideia de que os interesses dos escoceses divergem muito dos do resto do Reino Unido. De uma maneira muito distinta, a campanha do *Não* insistiu que a receita proveniente do Mar do Norte entrou em colapso este ano, deixando a Escócia em pior forma do que a generalidade do Reino Unido pela primeira vez em cinco anos.

4. Ameaça às pensões

A campanha do *Sim* apoiou-se amplamente no argumento das pensões - e nas consequências da privatização do NHS por parte do governo do Reino Unido - para convencer os eleitores escoceses dos benefícios da independência política. Na verdade, o Governo escocês não só argumentou que os direitos às pensões e subsídios não seriam afetados pela independência, mas também prometeu pequenas alterações,



tornando as pensões um pouco mais generosas para algumas pessoas e atrasando temporariamente o aumento da Idade da Pensão Estatal. Mais concretamente, o Governo escocês garantiu o adiamento do aumento da idade da reforma para 67 anos até 2034 - contra o plano do Reino Unido de aumentá-la gradualmente até à idade de 67 até 2028. Além disso, prometeu a retenção da componente do Crédito de Poupança do Crédito de Pensão, um subsídio adicional associado ao rendimento para pensionistas com baixos rendimentos, que beneficia 9.000 pensionistas na Escócia e que o governo do Reino Unido pretende abolir a partir de 2016. Por outro lado, a campanha do *Não* sublinhou a incapacidade do governo escocês de pagar essas medidas dispendiosas a uma sociedade que se prevê envelhecer mais rapidamente do que o resto do Reino Unido.

O ponto de viragem na campanha

Independentemente dos contrastes que têm sido apontados, a campanha do *Não* manteve sempre uma clara liderança até às últimas semanas, quando a corrida de repente se tornou mais renhida. A primeira das seis semanas da fase final da campanha para o referendo foi difícil para a campanha do *Sim*, especialmente depois da união monetária ter dominado as notícias na sequência do debate televisivo entre Alistair Darling e Primeiro Ministro Alex Salmond, mas recuperou confiança com a dura crítica sobre as reformas da assistência social do governo do Reino Unido e da promessa de um Estado social mais justo numa Escócia independente.

A campanha pelo *Sim* assumiu ainda a liderança pela primeira vez duas semanas antes da votação, a 5 de setembro de 2014 (mesmo que sondagens subsequentes colocassem o voto *Não* de novo na frente). Por mais pequena que fosse esta vantagem, semeou o pânico nas fileiras do *Não*, o que levou Gordon Brown a intervir no 8 de setembro, pela primeira vez, falando da concordância dos três líderes pró-União - David Cameron, Nick Clegg e Ed Miliband - em conceder poderes adicionais à Escócia até maio de 2015.

Além disso, no dia 16 de setembro de 2014, os três líderes do partido produziram o "Voto", registado na primeira página do *Daily Record*¹⁰ da Escócia, reafirmando o compromisso de devoluções adicionais segundo o calendário de Brown, fazendo promessas adicionais relativamente ao SNS na Escócia e à continuação da Fórmula Barnett, que determina o financiamento disponível para o Parlamento escocês. Posteriormente, no dia 17 de setembro, Gordon Brown falou emotivamente aos escoceses e, mais especificamente, aos indecisos, que representavam mais de 10% dos votos. Ao fazê-lo, a campanha do *Não* apresentou - pela primeira vez - uma agenda mais positiva para a Escócia ficar na União.

Dada a margem clara da vitória do *Não* por 55,3% contra 44,7%, a estratégia funcionou. De fato, no dia 18 de setembro de 2014, 84,59% dos escoceses foram às urnas e o resultado do referendo foi claro: 55,3% dos escoceses contra 44,7% decidiram permanecer na União. No mesmo dia, em nome do governo britânico, David Cameron anunciou a criação da Comissão Smith, que seria responsável pelas negociações entre os partidos para prosseguimento do processo de devolução.

¹⁰ Veja-se o *Daily Record* de 16 de Setembro de 2014 em <http://www.dailyrecord.co.uk/news/politics/david-cameron-ed-miliband-nick-4265992>.



3. O voto "não" e o Processo Smith

No dia 19 de Setembro de 2014, David Cameron¹¹ criou a Comissão Smith e o Lorde Smith of Kelvin¹² concordou em supervisionar o processo para levar avante os compromissos de devolução, com poderes sobre impostos, despesas e assistência social acordados na totalidade em novembro e projeto de legislação publicada em janeiro. Posteriormente, no dia 26 de setembro, Lorde Smith escreveu aos partidos políticos atualmente representados no Parlamento escocês - cinco no total - convidando à apresentação de propostas sobre poderes adicionais para o Parlamento escocês até 10 de outubro. Todos os cinco partidos políticos escoceses estiveram envolvidos em negociações formais desde 22 de outubro e comprometeram-se aos "Memorandos de Entendimento" que foram publicados no dia 27 de novembro.

A Comissão Smith

O ponto de partida para as discussões da Comissão Smith foi a devolução de poderes adicionais sobre tributação, com uma segunda área de ênfase em torno dos poderes relativos à assistência social. Esse ponto de partida foi fixado pelo compromisso assumido pelos partidos Conservador, Trabalhista e Liberal Democrata antes do referendo de avançar rapidamente na atribuição de poderes adicionais ao Parlamento escocês. As posições dos três partidos pró-união sobrepuseram-se bastante. A questão central incidiu sobre a devolução relativa à tributação.

A ênfase principal recaiu na devolução do imposto sobre os rendimentos, com os liberais democratas e os conservadores propondo a sua quase completa devolução, incluindo a capacidade de variar as taxas do imposto, em comparação com as do resto do Reino Unido. O Partido Trabalhista propôs uma devolução menos extensa do imposto sobre os rendimentos, a devolução do Programa de Trabalho, mas ao governo local na Escócia, em vez de ao Parlamento escocês. Além disso, tanto trabalhistas como conservadores estabeleceram uma série de compromissos relativamente à devolução da assistência social (os liberais democratas foram menos claros neste domínio). Ambos defenderam a devolução do subsídio de assistência e subsídios de habitação na Escócia.

De forma distinta, os Verdes e o SNP apresentaram propostas com um alcance muito maior. Tal como os partidos pró-união, as propostas basearam-se nos resultados das deliberações anteriores na comissão. Mais especificamente, a proposta do SNP replicou a anterior contida no Livro Branco de 2009 "A Sua Escócia, a Sua Voz"¹³, em que o SNP estabelecia um projeto inicial para a independência escocesa, mas explorando a opção de "devolução total" (ou "devolução max" como a melhor segunda opção), ou seja, a máxima devolução possível, consistente com a continuação no Reino Unido. Essa opção específica foi definida de forma mais sistemática na apresentação do Governo escocês à Comissão Smith. De acordo com o SNP, um autogoverno máximo no interior da União significaria que o Parlamento do Reino Unido teria competência em assuntos da Escócia apenas num pequeno número de áreas: aspetos da Constituição do Reino Unido,

¹¹ Em nome do Governo Britânico.

¹² Lorde Smith of Kelvin foi o líder do comité organizador dos Jogos da Commonwealth de Glasgow.

¹³ O documento pode ser descarregado aqui:

<http://www.scotland.gov.uk/Publications/2009/11/26155932/16>.



política monetária, aspetos de cidadania, defesa, informação e segurança, e relações externas.

Finalmente, os Verdes não foram tão longe nas suas exigências, mas propuseram mais do que os partidos pró-União. Estavam mais comprometidos com a questão da devolução tributária (incluindo a devolução integral do imposto sobre os rendimentos e da atribuição de impostos) e da devolução integral da assistência social (com provável exceção das pensões). Enfatizaram igualmente a necessidade de devolução num número de assuntos que têm uma ressonância particular na tradição verde, incluindo a qualidade da democracia, os direitos humanos, a política energética e a imigração.

O Relatório Smith

O relatório da Comissão Smith foi publicado no dia 27 de Novembro de 2014 e os termos do acordo foram bastante enganadores. O documento não é muito extensivo e foi dividido em dois capítulos. O primeiro capítulo refere a ordem de trabalhos da Comissão Smith. Neste capítulo, Lorde Smith of Kelvin explica os diferentes momentos e atores envolvidos neste processo de reforma. O segundo capítulo apresenta os termos do acordo alcançado, que são subdivididas em três pilares: o primeiro pilar explica os detalhes constitucionais do novo acordo de governação para a Escócia (procedimentos eleitorais, relações intergovernamentais, representação escocesa junto à União Europeia); o segundo pilar expõe os poderes retidos e entregues sobre as áreas de política económica e de assistência social, e o terceiro pilar descreve os poderes retidos e entregues em matéria de finanças.

Ao lermos o relatório, percebemos que as principais competências sobre fiscalidade e assistência social, como pensões do Estado, Crédito Universal, contribuições para a segurança social e impostos sobre as empresas mantiveram-se reservadas. Além disso, o imposto sobre os rendimentos manteve-se uma competência partilhada, mas a Escócia ganhou novos poderes alargados sobre essa área específica. Neste contexto, o Parlamento escocês terá agora o poder de fixar as taxas de imposto sobre os rendimentos e os limites em que são pagos no que diz respeito aos rendimentos não-poupança e não-dividendos dos contribuintes escoceses.

No entanto, todos os outros aspetos do Imposto sobre os Rendimentos, tais como a imposição da taxa anual do Imposto sobre Rendimentos, o subsídio individual, a tributação da poupança e rendimento de dividendos permanecerão reservados. No geral, foram atribuídas concessões "menores" na área social - subsídios para os cuidados de assistência, pessoas com deficiência e doentes¹⁴ - e na política económica - oferta de emprego (Programa de Trabalho e Escolha de Trabalho).

Por outro lado, alguns aspetos relativos à a energia e extração de petróleo/gás *onshore* foram delegados (Comissão Smith, 2014), e acordou-se um novo compromisso político para a melhoria da atual *Concordata sobre a Coordenação das Questões Políticas da União Europeia*.

De acordo com Michael Keating (2014), com este novo acordo a Escócia recebeu novos poderes para definir as taxas e escalões do imposto sobre rendimentos, mas o imposto

¹⁴ O abono de família, o subsídio de maternidade, o subsídio de doença obrigatório e de viuvez parental permaneceram competências reservadas.



em si não foi delegado. Ou seja, a tributação dos rendimentos sobre o investimento, Segurança Nacional, imposto sucessório e imposto sobre ganhos de capital mantiveram-se reservados para Westminster. O imposto sobre as empresas será reservado. O Imposto sobre Passageiros Aéreos foi delegado, mas o SNP tem a intenção de aboli-lo. Da mesma forma, a devolução da assistência social limitou-se a fragmentos de programas existentes cujo funcionamento se revelou tão problemático que se encontra agora fechado como sendo um programa do Reino Unido. Partes relativas ao subsídio de habitação terão que ser retiradas de alguma forma desse programa, o que poderá complicar ainda mais as coisas. A gestão do Programa de Trabalho será atribuída ao Governo escocês, mas não o poder de articular políticas de assistência social, mercado de trabalho e desenvolvimento económico em conjunto de forma eficaz.

O que é que a Escócia quer?

Agora que o relatório Smith foi publicado, seria interessante perceber o que é que a Escócia pensa sobre os termos do acordo alcançado. Está a Escócia totalmente satisfeita com o resultado das negociações entre os partidos? Por outro lado, também seria interessante saber que poderes a Escócia esperava que lhe fossem entregues.

Quanto à primeira questão, um inquérito de opinião realizado pelo YouGov em dezembro de 2014 mostra claramente que a Escócia se sente dececionada com os termos do acordo alcançado até agora. Na verdade, 51% pensa que a Comissão Smith não foi suficiente longe e que mais poderes deveriam ser transferidos para o Parlamento escocês (veja-se a tabela 1 em baixo).

Tabela nº 1: O que pensa a Escócia das propostas Smith? (dezembro de 2014)

Thinking about the proposals from the Smith Commission to devolve extra powers to the Scottish Parliament, do you think these ...	
Go too far, and devolve too many extra powers to the Scottish Parliament	14
Do not go far enough, and do not devolve enough extra powers to the Scottish Parliament	51
Get the balance about right	23
Don't know	12

Fonte: YouGov dezembro de 2014

Quanto à segunda questão, a opinião pública escocesa sustenta que o Parlamento escocês deveria ter ganho poderes acrescidos nos domínios da fiscalidade, assistência social e economia (YouGov outubro 2014). De fato, 71% das pessoas pensam que os subsídios escoceses relativos à idade ativa, como o subsídio de habitação e subsídio de candidatos a emprego, deveriam ter sido transferidos para a Escócia; 67% dos inquiridos pensam que os poderes para fixar e cobrar impostos sobre os rendimentos também deveriam ser transferidos para o Parlamento escocês, e 60% acreditam que o



salário mínimo e a regulamentação sobre saúde e segurança também devem ser entregues à Escócia.

Estes resultados correspondem perfeitamente aos do Inquérito de 2013 *Scottish Social Attitudes Survey* (Atitudes Sociais dos Escoceses) (Scottish Government Social Research 2014), que concluiu que os eleitores escoceses queriam que a Escócia mantivesse a sua adesão à União, mas com propriedade quase total do seu sistema de receitas e assistência social. Curiosamente, esta opinião poderia implicar uma crítica aos partidos pro-União que não cumpriram as suas promessas. Ironicamente, expressa igualmente o apoio a uma solução política que não está assim tão longe da versão de independência que o SNP propôs em 2007-2009. Para colocá-lo de forma diferente, o resultado final do Processo Smith poderá beneficiar o "perdedor" óbvio do referendo, ou seja, o Partido Nacional Escocês, nas eleições próximas gerais e regionais de 2015 e 2016.

4. Conclusão: o que podemos aprender com este referendo?

O objetivo deste artigo foi o de esclarecer o processo político *antes e depois* do referendo. Através de uma análise sistemática das Campanhas Escocesas, tentámos apresentar um relato interessante e preciso das mesmas, para perceber o sentido do voto "não".

Neste artigo, introduzimos o contexto político que abriu o caminho para o referendo; explicámos as propostas das campanhas a favor do *Sim* e do *Não*; destacámos os argumentos mais relevantes do debate político e os momentos mais decisivos das campanhas. Finalmente, na última parte, explicámos o Processo Smith; resumimos os termos do acordo alcançado e referimo-nos à opinião pública escocesa sobre todo o processo. Agora que a análise está feita, podemos concluir dizendo que, se é verdade que com este referendo a questão da independência política foi colocada na prateleira (pelo menos por enquanto), também é verdade que a solução política para a Escócia (e para o resto do Reino Unido) está longe de ser resolvida.

Por enquanto, o processo político ainda está em curso. As negociações entre o governo escocês e o governo do Reino Unido ainda estão a ser feitas, e o resultado final deste espinhoso processo político e institucional ainda não foi alcançado. A Escócia e o Reino Unido, como um todo, estão agora a enfrentar os muitos desafios de uma reforma constitucional - que poderá inclinar-se para uma forma melhorada de devolução ou um novo passo no sentido do federalismo britânico - para acomodar exigências constitucionais escocesas, enquanto Nicola Sturgeon – a nova líder do SNP e atual Primeira Ministra da Escócia - continua a ameaçar David Cameron com um novo referendo sobre a independência política a ser realizado em 2016, se as atuais exigências políticas não forem totalmente satisfeitas.

Referências

Livros

Cairney, Paul (2011). *The Scottish Political System since Devolution: From New Politics to the new Scottish Government*. Exeter: Imprint Academia.



Centre on constitutional change (2014). *Beyond Smith: Contributions to the continuing process of Scottish devolution*. Universidade de Edimburgo.

Finlay, Richard (2004). *Modern Scotland 2014-2000*. Londres: perfil.

Hassan, Gerry (edited) (2009). *The Modern SNP: from protest to power*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Hepburn, Eve (2006). "Scottish autonomy and European Integration: the response of Scotland's political parties", in *European Integration and the Nationalities Question* edited by John McGarry and Michael Keating. Nova Iorque: Routledge, pp. 225-238.

Jeffery, Charlie and Ray Perman (2014). *Scotland's decisions. 16 questions to think about for the referendum on 18 September*. Future of the UK and Scotland. Escócia.

Keating, Michael (2005). *The government of Scotland: public policy making after the devolution*. Edimburgo: Edinburgh University Press.

Keating, Michael (2009). *The Independence of Scotland: self-government and the shifting Politics of Union*. Oxford: Oxford University Press.

Lynch, Peter (2001). *Scottish Government and Politics: an Introduction*, Edimburgo: Edinburgh University Press.

Lynch, Peter (2002). *SNP: The history of Scottish National Party*, Cardiff: Welsh Academic Press.

McGarvey, Neil and Paul Cairney (2008). *Scottish Politics: an introduction*, Nova Iorque: Palgrave Mcmillan.

Pittock, Murray (2014). *Scottish Referendum: the referendum briefing*. Dennis Publishing: Glasgow.

Kerevan, George and Alan Cochrane (2014). *Scottish Independence: Yes, No*. The History Press: Stroud.

Intervenções Científicas

Antunes, Sandrina, November 2014, "Scottish referendum 2014: now that the dream is over, what comes next?", IGADI Artigo nº 146, Instituto Galego de Análise e Documentación Internacional (IGADI), Galicia, Espanha, em <http://www.igadi.org/web/publicacions/igadipaper/igadipaper-no146>.

Curtice, John (2014a). "Maybe yes, maybe no? New YouGov and panelbase polls" em <http://blog.whatscotlandthinks.org/2014/09/maybe-yes-maybe-no-new-yougov-and-panelbase-polls/>.

Curtice, John (2014b). "Panel base for the SNP: more on more devolution and on Labour's prospects" in <http://blog.whatscotlandthinks.org/2014/10/panelbase-snp-devolution-labours-prospects/>.

Jeffery, Charlie (2014). "After the Scottish Referendum: a constitutional chain reaction unfolds" em <http://www.futureukandscotland.ac.uk/blog/after-scottish-referendum-constitutional-chain-reaction-unfolds>.

Keating, Michael (2014). "Not Devo-Max yet" em <http://www.futureukandscotland.ac.uk/blog/not-devo-max-yet>.



Mceven, Nicola (2014). *"Advocates of welfare devolution will be disappointed by Smith Report"* em <http://www.futureukandscotland.ac.uk/blog/advocates-welfare-devolution-will-be-disappointed-smith-report>.

Mitchell, James (2014). *"State of the Debate: evaluating the campaigns"* em <http://www.futureukandscotland.ac.uk/about/people/james-mitchell>.

Propostas dos partidos escoceses

Scottish National Part (2013). *Scotland's future: your guide to an independent Scotland*.

Scottish Labour (2014). *Powers for a purpose-strengthening accountability and empowering people*.

Scottish Liberal Democrats (2014). *Federalism, the best future for Scotland*.

Scottish Conservatives (2014). *Commission on the Future Governance of Scotland*.

Documentos oficiais

British Government and Scottish Government (2012). *Edinburgh Agreement*.

Scottish Government (2010). *Your Scotland, Your Voice*.

Scottish Government (2013). *Scotland's Future: your guide to an independent Scotland*.

Scottish Government Social Research (2014). *Scottish Social Attitudes 2013*.

Scottish Government (2014). *More powers for the Scottish Parliament: Scottish Government proposals*.

Secretary of State for Scotland (2014). *The Parties' published proposals on further devolution for Scotland*.

Smith Commission (2014). *The Smith Commission: report of the Smith Commission for further devolution of powers to the Scottish Parliament*.

Inquéritos de Opinião

Survation Scottish Attitudes Poll. Novembro de 2014.

Survation Scottish Attitudes Poll. Dezembro de 2014.

YouGov Opinion Polls. Outubro de 2014.

YouGov Opinion Polls. Dezembro de 2014.